



EPEPE
ENCONTRO DE PESQUISA
EDUCACIONAL
EM PERNAMBUCO

Educação e Desenvolvimento
na Perspectiva do Direito à Educação

1. EDUCAÇÃO, CURRÍCULO E DIVERSIDADE CULTURAL

OS DESAFIOS DA CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO INCLUSIVO

Crislayne Santana - UFPE

Willyclécia Dias - UFPE

Tatiana Araújo - UFPE

RESUMO

O texto se origina de observações realizadas em uma escola da rede Municipal de Vitória de Santo Antão e ainda em andamento. Assim seu objetivo é apresentar reflexões de autores sobre a relevância do desenvolvimento de um currículo inclusivo. O texto considera as contribuições de autores com Paraná (2006), Werneck (2002), Garcia (2007), Oliveira e Profeta (2008), Candau & Anhorn, (2000). Compreende que a educação, dentro do cenário da inclusão, tem papel fundamental para a promoção da educação inclusiva que não significa apenas limitar-se a colocação de alunos nas escolas regulares, mas na implantação de um ensino de qualidade que forme cidadãos críticos, reflexivos e conscientes de seu compromisso com o mundo.

PALAVRAS –CHAVE; Currículo inclusivo; Multiculturalismo; Projeto Político Pedagógico.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se origina de reflexões originadas de observações realizadas em uma escola da rede Municipal de Vitória de Santo Antão, como atividade de uma disciplina acadêmica. O pôster tem o objetivo de conjecturar com o auxílio de textos, se há o desenvolvimento de um currículo inclusivo na turma do 5º ano do Ensino Fundamental, tendo em vista que na mesma, encontra-se um aluno com deficiência intelectual¹ (não especificada) e dois com hiperatividade². Logo surge a curiosidade em saber se esse currículo é trabalhado na íntegra com esses alunos ou se é modificado em detrimento de seus impedimentos intelectuais. Salientamos que não é objetivo do trabalho se deter a observação da criança com hiperatividade, devido ao fato de não existir uma política pública educacional direcionada a mesma.

¹Deficiência Intelectual segundo a Associação Americana de Incapacidades Intelectuais e do Desenvolvimento (AAIDD, 2006), é uma incapacidade caracterizada por uma limitação significativa no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, expressa em habilidades conceituais, sociais e práticas. Essa incapacidade origina-se antes dos 18 anos de idade.

²Segundo Brígido e Mascarelo (2005) hiperatividade é denominada na medicina de “Desordem do Déficit de Atenção”, podendo afetar crianças, adolescentes e adultos. Os sintomas variam de brandos a graves e podem incluir problemas de linguagem, memória e habilidades motoras. Embora a criança hiperativa tenha uma inteligência normal ou acima da média, o hiperativo é caracterizado por problemas de aprendizagem e comportamento.

No campo do currículo, a centralidade da cultura em termos epistemológicos, tem sido denominada de multiculturalismo (MOREIRA, 2001). Nesse campo, as práticas educativas chamam à atenção para a urgência de uma ressignificação da escola e do currículo como um espaço de reinvenção das narrativas que forjam as identidades homogêneas.

O multiculturalismo como uma proposta inclusiva (CANDAU & ANHORN, 2000), pode ser visto pela ótica da possibilidade de ajudar grupos com representação minoritária. Nesse contexto reconhecemos a relevância do debate sobre as novas formas de inclusão de sujeitos sociais com representações minoritárias nos currículos. Assim as implicações e desafios da implementação do multiculturalismo na educação e também nas propostas pedagógico-curriculares buscam dar visibilidade às vozes excluídas.

Muitas pessoas usam o termo inclusão quando na verdade, estão pensando em integração. Os mal-entendidos sobre o tema começam nos discursos, mas terão implicações nas práticas pedagógicas (relações sociais). Werneck (2002) elaborou um quadro com as principais definições, entre inclusão e integração. Dentre as definições abordadas, na inclusão há inserção total e a incondicional - crianças com deficiência não precisam “se preparar” para ir à escola regular. Já na integração a inserção é parcial e condicional - crianças “se preparam” em escolas ou classes especiais para estar em escolas ou classes regulares.

Como ressalta Garcia (2007) nos documentos nacionais, há referências à ideia de flexibilização curricular. Assim, ao menos do ponto de vista legal, o currículo pode ser flexível suficientemente para responder as necessidades de todos os alunos. No entanto, não se pode desconsiderar que muitas vezes as proposições curriculares legais apresentam descompromisso, no interior das escolas, frente ao processo de aprendizagem de seus alunos.

Currículo Inclusivo: perspectiva multicultural

De modo geral a inclusão simboliza a inserção de minorias à margem da sociedade dentro de um sistema que lhes garanta viver com dignidade. “Essa inclusão de todos” é quase utópica tendo em vista que todo processo que inclui uns exclui outros. Sendo assim a inclusão é muito mais um meio do que um fim. É um valor social que, considerado desejável, torna-se um desafio no sentido de determinar modos de conduzir nosso processo educacional para promovê-la. No entanto, a inclusão educacional dos alunos com necessidades especiais depende não somente das adaptações das escolas e do treinamento de professores e estudantes, é também uma de garantia de um direito.

A legislação procura estabelecer possibilidades de flexibilização e diversificação do currículo. Quanto a isso, as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica

(2001), na perspectiva de inclusão garantem flexibilizações e adaptações curriculares (BRASIL, 2001. p.2).

Porém, não podemos deixar de relatar a distância que existe entre as proposições legais e as curriculares trabalhadas nas escolas descompromissadas com a diversificação curricular. No dia a dia dessas escolas os processos pedagógicos tendem para linearidade e homogeneização desconsiderando as diferenças.

Logo para essas flexibilizações ocorrerem é preciso planejamentos e pesquisas para que se aproxime cada vez mais de uma situação ideal. Segundo Oliveira e Profeta (2008, p.p 83-84) as adaptações não significativas ou de pequeno porte são importantes como medida de prevenção levando o aluno a aprender os conteúdos curriculares voltados às suas condições individuais, para prosseguir na sua vida acadêmica evitando-se sua evasão da escola regular.

As adequações significativas ou de grande porte de modo geral constituem estratégias necessárias, quando os alunos apresentam sérias dificuldades para aprender com resultado, entre outros fatores, da defasagem entre a sua competência curricular e de seus colegas; da discrepância entre sua necessidade e as demandas de atividades escolares.

Portanto, para a efetivação da escola inclusiva, as adequações curriculares são ações pedagógicas necessárias em diversos aspectos: projeto político, salas de aula, elaboração e realização de atividades.

A ênfase na inclusão e participação social da pessoa com deficiência implica na necessidade de planejar um currículo que ensine naqueles ambientes onde as habilidades e competências são requeridas (LEBLANC, 1991). Miura (1999) diz que a proposta de um currículo pode ajudar estudantes com alguma limitação física, sensorial e de déficit de aprendizagem é o da orientar com êxito para o desenvolvimento pessoal e social, através do CFN- Currículo Funcional Nacional. A mesma autora (2004), também ressalta que para o planejamento desse currículo, propõe-se uma avaliação funcional para a verificação do que o estudante pode ou não fazer, de acordo com suas características individuais. Vale deixar claro que o trabalho com esses alunos será mais eficaz se houver a integração aluno, escola e família.

Sendo assim, os professores da instituição que desenvolve a inclusão devem interessar-se pelo o que seu aluno está aprendendo, acreditar nas suas potencialidades é um fator primordial para que eles se desenvolvam com garantia de aprendizagem, aceita-los como são, saber escutá-los e valorizar as suas produções, ajuda na independência deste aluno.

Projeto Político Pedagógico (P.P.P.)

O Projeto Político Pedagógico exige profundas reflexões sobre a finalidade da escola, como a explicitação de seu papel social, as formas operacionais de suas ações e o envolvimento de todos que o compõem entre gestores, professores, funcionários, pais e alunos; pode além de suas contribuições formais ser um instrumento importante na promoção da democracia escolar e ressaltar um caráter intencional nos campos sociopolítico e pedagógico.

A escola atual deve transitar no âmbito da inclusão social, sabemos que vivemos em tempos de profundas diferenças – físicas, sociais, raciais, de gênero. A desconsideração dessas diferenças só tende a dificultar o acesso de pobres, das pessoas com necessidades especiais, de grupos étnicos e outros à escola.

O P.P.P. pode além de suas contribuições formais ser um instrumento importante na promoção da democracia escolar e ressaltar um caráter intencional nos campos sociopolítico e pedagógico. Sendo um dos principais objetivos do P.P.P. a promoção da autonomia e da independência dos espaços educativos deve ser a escola o local para iniciarmos uma proposta inclusiva. Esta última deve respeitar a lei de acessibilidade para que alunos deficientes motores ou de mobilidade reduzida possam usufruir do espaço escolar bem como possuir tecnologia acessível para oferecer um trabalho pedagógico de acordo com as necessidades especiais que cada aluno precise ou venha a precisar.

Considerações Finais

O papel da educação inclusiva é inserir, no processo educacional, as minorias que ficam ou ficaram à margem deste em virtude de um currículo rígido e segregador que amordaçou muitos, entre estes as pessoas com algum tipo de deficiência. Levando-se em conta o que foi observado chamamos a atenção para a ressignificação da escola, que esta não pretenda homogeneizar o seu alunado, visto as particularidades de cada um, mas aprenda a trabalhar com as diferenças bem como na promoção de um currículo multicultural que tende a considerar o contexto, no qual o sujeito esteja inserido.

Procuramos explicar a necessidade e urgência de se romper com paradigmas educacionais tradicionais para dar lugar ao respeito às diferenças e aos diferentes modos de aprendizagem, para assim serem alcançados os objetivos de uma educação inclusiva.

Deparamo-nos com alguns empecilhos ao longo da realização desse trabalho como exemplo, o projeto político pedagógico da escola ainda em construção. Levando em conta o que foi observado fomos levados a acreditar da relevância da continuação da pesquisa a fim de alcançarmos o objetivo de saber se há a redução do currículo em detrimento das

deficiências dos alunos. Agregamos na próxima etapa do trabalho as contribuições de acadêmicos do Centro de Estudo Inclusivos (CEI).

Ainda estamos realizando observações, nas disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica, não encerrando assim nossas reflexões, que devem prosseguir até nossa elaboração final de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Referências

AAIDD. *World's oldest organization on intellectual disability has a progressive new name.* AAMR News, 2006. Disponível em: http://www.aamr.org/About_AAIDD/name_change_PRdreen.htm. Acesso em: 20 de dezembro de 2014.

BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica* / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. 79 P.

BRÍGIDO, Joana Angélica Pinheiro Leal. MASCARELO, Leticia Dorna. A Hiper-atividade Infantil e seus Transtornos na Realidade Social. In: *Cadernos Camilliani* / Centro Universitário São Camilo – Espírito Santo. V. 6, n. 1, 2005.

CANDAU, Vera Maria F., ANHORN, Carmem, (2000). *A questão da didática e a perspectiva multicultural: uma articulação necessária.* Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, MG.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto, e col. *Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.* Editora Mediação, Porto Alegre, 2007.

LEBLANC, J. M Functional curriculum in the education of person with mental retardation. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM – COANIL, 1991, Santiago, Chile. *Anais...* Santiago: Centro Ann SullivandelPerú, 1991.

MIURA, R. K. K. Currículo funcional natural – CFN e o ensino de pessoas com necessidades especiais. Mensagem de APAE, ano 36, n. 84, jan./mar. 1999.

MOREIRA, Antônio Flávio B., (2001). A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. *Revista Brasileira de Educação*, nº 18, p. 65-81.

OLIVEIRA, Fátima Inês Wolf de Oliveira. PROFETA, Mary da Silva. Educação Inclusiva e Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. In: *Inclusão Escolar: as Contribuições da Educação Especial* / Anna Augusta Sampaio de Oliveira, Sadao Omote e Claudia Regina Mosca Giroto (Organizadores). – São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, Marília: Fundepe Editora, 2008. Cap. 5.

WERNECK, C. (2002) *Sociedade inclusiva: quem cabe no seu TODOS?* 2. ed. Rio de Janeiro: WVA. 240 p.